



REDE PAULISTA DE  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

## II Encontro de Trabalho da REPEP

apresentação dos Grupos de Trabalhos  
para as debatedoras  
Ingrid Ambrogi e Sonia Florêncio

## II ENCONTRO DE TRABALHO DA REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL – REPEP

14 de maio de 2016 (sábado) | das 9:00 – 17:30

**Local:** Museu da Imigração | Rua Visconde de Parnaíba, 1316

No **II Encontro de Trabalho da REPEP** serão apresentados os primeiros resultados de trabalhos que a Rede vem desenvolvendo por meio de seus GTs (Grupos de Trabalho), visando repensar estratégias de atuação e o que vem a ser o papel de um coletivo educador na área de patrimônio.

### **Programação**

9:00 – 9:30 | Credenciamento

9:30 | **Abertura Museu da Imigração e apresentação REPEP**

- o que é educação patrimonial?

10:30: **Mesa 1:** Apresentação dos Grupos de Trabalho

- GT Baixo Centro: O Inventário participativo: Minhocão contra gentrificação.
- GT Brasilândia Ó: A vista da Freguesia do Ó
- GT São Luiz do Paraitinga: O material de apoio em Educação Patrimonial

12:00 | **Debate** com o público

12:30 | **Lançamento** da publicação do IPHAN

*Educação Patrimonial: Inventários Participativos*

12:30 – 14:30 | Pausa para **almoço** e **visita livre** ao museu

14:30 | **Mesa 2:** Apresentação de Grupos de Trabalho e debates.

- GT Bixiga: Ações desenvolvidas e desafios de atuação
- GT Paranapiacaba: Explorando problemáticas do território

15:30 | **Debate** com o público

16:00 | **Apresentação das debatedoras**

- Avaliação dos trabalhos realizados e a perspectiva de ações futuras da Rede

17:00 | **Debate e encerramento**

## GT Baixo Centro

O Grupo de Trabalho Baixo Centro da Repep foi criado em parceria com o Movimento Baixo Centro<sup>1</sup> (<http://baixocentro.org/>). O inventário participativo foi concebido pelo GT devido às múltiplas propostas e projetos urbanos que podem provocar a expulsão de moradores, trabalhadores e grupos mais vulneráveis da região. O Plano Diretor de São Paulo, aprovado em 2014, estabeleceu em seu artigo 375, parágrafo único, um prazo para que o tráfego de veículos seja desativado no Minhocão e, dentre as propostas para a sua destinação, a sua demolição ou transformação em parque público. Mesmo ainda em uso pelos veículos, apenas a perspectiva de sua desativação já está causando interesse imobiliário. Novos empreendimentos estão surgindo em sua faixa lindeira vendendo a perspectiva do parque e da valorização imobiliária no local.

Neste sentido, a preocupação central do inventário participativo é com a permanência dos grupos sociais mais vulneráveis, trabalhadores e moradores mais pobres do centro, aqueles que ali permaneceram apesar dos inconvenientes da poluição e trânsito. Diante da valorização imobiliária, quer do aumento dos aluguéis, do valor dos condomínios ou dos impostos, os grupos em situação mais frágil e aqueles que mais precisam permanecer no centro por conta dos empregos, serão os primeiros a serem expulsos.

O inventário participativo pode ser compreendido, assim, como uma estratégia de mobilização contra a gentrificação, termo que significa o enobrecimento de áreas centrais de perfil mais popular com consequente expulsão dos mais pobres e reocupação por classes de maior renda.

A metodologia deste inventário, que será exposta a seguir, constituiu-se como experiência de atuação dentro do campo da proteção do patrimônio cultural. O seu

<sup>1</sup> O Movimento Baixo Centro é um coletivo que, desde 2012, usa a via elevada chamada pularmente de Minhocão para a realização de atividades culturais autofinanciadas, o chamado Festival Baixo Centro. Fazem parte da equipe de trabalho: Anaclara Volpi, geógrafa; Andreia Feitoza, estudante de arquitetura; Ana Paula Soida, arquiteta; Anita Soares, historiadora; Antonieta Alves, do Movimento Baixo Centro; Claudia Cintra, estudante de arquitetura; Flavia Brito do Nascimento, docente da FAU/USP; Mariana Kimie Nito, mestranda do PEP/IPHAN; Maryclea Maues, do IPHAN/SP; Renato Cymbalista, docente FAU/USP; Simone Scifoni, docente da Geografia/USP; Thiago Carrapatoso, do Movimento Baixo Centro; Pedro Felix, estudante de arquitetura; Paola Maues (museóloga); Paulo Goya (artista), entre outros.

uso neste trabalho reforça a ideia de que é possível, a partir da experiência do campo do patrimônio, mobilizar ações no sentido contrário à gentrificação, ou seja, o da defesa da permanência dos mais pobres nos centros das cidades.

A elaboração desse Inventário Participativo do Minhocão está fundamentada na metodologia desenvolvida pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e se baseia em uma proposta de atividade do Programa Mais Educação (MEC), dentro do eixo de discussão voltado à Educação Patrimonial.

A metodologia divide o trabalho em 3 etapas:

1. etapa de reconhecimento geral, na qual são levantados dados e informações gerais, lista de contatos e feitos os trabalhos de campo exploratórios. Finalizada esta etapa são preenchidas as Fichas de Território (contendo as informações gerais e a delimitação do território a ser levantado) e a Ficha do Projeto. Já finalizada.
2. etapa de levantamento das referências culturais indicadas pelos grupos. Isso pressupõe realização de entrevistas em um esforço participativo junto aos grupos sociais, já que a noção de referência cultural pressupõe autonomia dos sujeitos, que são considerados os intérpretes das referências e não simplesmente informantes. Etapa atualmente em desenvolvimento.
3. etapa de tratamento final da informação, de forma a criar um produto final a ser socializado e publicizado.

Um momento importante para o estudo diz respeito à identificação dos grupos sociais envolvidos no território, já que a referência cultural se constitui a partir dos grupos. Em uma leitura inicial do território foram identificados cinco diferentes grupos mais vulneráveis aos efeitos da gentrificação:

1. **trabalhadores/moradores mais pobres do centro:** aqueles que precisam morar na região em função da proximidade com o tipo de emprego, desde aqueles que vivem do comércio informal, até os que têm emprego na própria área central, sendo trabalho de baixa remuneração como copeiros, mecânicos, borracheiros, garçons, porteiros, vigias, entre outros. Dentre estes, destacam-se grupos que lutam para permanecer morando no centro, como o movimento Frente de Luta por Moradia (FLM) que ocupou um edifício no Largo de Santa Cecília.
2. **Comunidade LGBT**, que tem sua centralidade historicamente estabelecida no Largo do Arouche, outrora reconhecido como principal reduto gay da

cidade. Entre este grupo foi necessário ainda subdividi-lo em mais 5 subgrupos: moradores da comunidade LGBT; os frequentadores habituais que tem forte identificação cultural com a centralidade do Arouche (muitos destes, moradores da periferia da cidade); trabalhadores do sexo (prostitutas, travestis e dançarinas de boates); trabalhadores das atividades complementares do comércio do sexo (das boates, bares, saunas, sex-shop, casas de show, hotéis); turistas que não se enquadram em uso habitual, mas que tem no Arouche um ponto tradicional de visitaçãõ.

3. **Imigrantes** recém-chegados a cidade, em geral oriundos de países africanos, mas também haitianos, bolivianos, paraguaios. Muitos são também trabalhadores pobres do centro, atuando no setor informal (ambulantes) e morando em pensões e cortiços.
4. **Trabalhadores da cultura:** artistas de teatro, músicos, grafiteiros, pichadores, também atraídos pela região pela oferta de aluguel barato.
5. **Moradores em situação de rua**, que se utilizam do elevado como um abrigo, mesmo depois da instalação da ciclovia.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um território urbano complexo, no qual se explicitam as difíceis condições de vida e a problemática de cidades de países capitalistas de economia dependente, marcados pela grave situação de desigualdade social. Diante desse quadro pareceria supérfluo falar em referências culturais. No entanto, na perspectiva de uma estratégia do patrimônio contra a gentrificação, o levantamento das referências culturais tem o desafio de iluminar questões que estão sendo invisibilizadas.

Fala no II Encontro: **Inventário Participativo: Minhocão contra a gentrificação**

## GT Brasilândia Ó

O Grupo de Trabalho Brasilândia da REPEP foi formado em parceria com o Ponto de Memória da Brasilândia, moradores do bairro e pesquisadores na área do patrimônio cultural<sup>2</sup>. O objetivo principal do GT é a preservação da vista para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Ó, desde a marginal Tietê, e do mirante consolidado a partir da Igreja com vista para as regiões centro-oeste da cidade de São Paulo.

Diante das discussões e pesquisas desenvolvidas em grupo, compreendemos que os processos de valorização da terra urbana em curso na região norte nas últimas décadas, relacionados principalmente à especulação imobiliária e, recentemente, à futura inauguração da Estação Freguesia do Ó da Linha 6 (Laranja) do Metrô, constituem ameaças de mudanças materiais nos bens culturais da região, bem como nas práticas sociais que envolvem o cotidiano do bairro. Nesse sentido, nos reunimos para pensar e propor a revisão da resolução de tombamento do Núcleo Original da Freguesia do Ó pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (Resolução nº 46/92). Esta proposta de revisão envolve principalmente a área envoltória dos Largos Nossa Senhora do Ó e Matriz Velha, tendo em vista a ameaça de descaracterização dos bens culturais da região.

No início de 2015 o GT foi consolidado tendo a intenção de formar um Dossiê que será resultado das ações educativas propostas pelo grupo junto aos moradores e frequentadores do local por meio do diálogo e sensibilização sobre o cenário de mudanças da região. Este Dossiê irá apontar as condições dos bens culturais juntamente aos principais processos sociais existentes na região e também seria subsídio para o pedido de revisão do tombamento a partir da visão dos moradores e frequentadores. Entre as ações desenvolvidas por este GT estão: a proposta da Gincana Cultural “Cadê o Patrimônio?” nas escolas públicas da região e o Roteiro formulado para I Jornada do Patrimônio da Prefeitura de São Paulo.

<sup>2</sup> Fazem parte da equipe de trabalho: Alberto Luiz dos Santos, geógrafo; Karina Alves Teixeira, historiadora e museóloga; Kleber Silva Jr., Ponto de Memória da Brasilândia; Leandro Silva Batista, Ponto de Memória da Brasilândia; Mariana Kimie Nito, arquiteta e urbanista; Regina Célia Soares Bortoto, Movimento pela Desapropriação da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus; Simone Scifoni, docente do Departamento de Geografia/USP. Salienta-se que o grupo reúne-se periodicamente, em reuniões aberta a qualquer interessado.

A formação da Gincana Cultural junto às Escolas e aos moradores da Freguesia do Ó pretende construir uma campanha em defesa do patrimônio do bairro, subsidiando a articulação dos diversos agentes locais. A atividade consiste em fazer percursos pelo bairro que serão registrados por meio de fotos e desenhos realizados pelos participantes. Os participantes serão divididos em grupos que serão designados a diferentes áreas do bairro a fim de problematizar o território. Partindo do princípio de estimular os diferentes olhares sobre o patrimônio do bairro serão elaborados diálogos a respeito da transformação urbana da cidade e, destacadamente, do Núcleo Original da Freguesia do Ó, por meio de fotos e mapas antigos da região, explorando a memória local.

A proposta foi recebida por 5 escolas da região através de encontros previamente agendados. Mesmo com tendo recebido a proposta positivamente, não conseguimos efetivar a Gincana junto às escolas, em função da demora ou inexistência de devolutivas. Em uma das escolas conseguimos desenvolver uma atividade durante a comemoração dos 80 anos da educação infantil em São Paulo. A atividade teve duração de 2 horas e contou com a participação de 20 pessoas, entre adultos e crianças, que consistiu em uma oficina de desenho afetivo com a temática “Como eu vejo o meu bairro?”.

Em paralelo à abordagem nas escolas, foi desenvolvido um roteiro cultural para a I Jornada do Patrimônio, organizada pela Prefeitura de São Paulo. O roteiro foi realizado duas vezes, durante aproximadamente 3 horas e contou com a participação de pessoas do bairro e pessoas que não conheciam a Freguesia do Ó. A proposta teve como eixo principal as diversas narrativas presentes no campo do patrimônio cultural, no qual destacamos características para além de seu tombamento, como os diversos bens patrimoniais, o aspecto paisagístico, a ambiência e a sociabilidade local, tendo sempre a preocupação de trazer o olhar e o protagonismo da população. Foi estimulado o conhecimento dos processos históricos relevantes ao bairro, envolvendo sua origem e transformação, as edificações presentes e os usos contemporâneos destes bens pelos grupos sociais frequentadores, associando-os a cidade de São Paulo, a partir de falas de moradores locais e dos pesquisadores do GT.

Mesmo com tais atividades educativas já desenvolvidas e com a constante reflexão do grupo por novas estratégias de articulação e sensibilização da população local, optamos, recentemente, por concentrar nossas atividades na elaboração do

estudo técnico para a alteração do perímetro de tombamento e entorno do Núcleo Original da Freguesia do Ó. Essa opção é oriunda da urgência que vemos no seguimento deste processo, tendo em vista o cenário atual da apressada aprovação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que contradiz uma série de definições aprovadas no Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo. Contudo, não abandonamos as ações educativas, que serão desenvolvidas paralelamente e ao longo deste ano, e serão anexadas posteriormente na proposta de revisão.

Fala no II Encontro: **A vista na Freguesia do Ó**

## GT São Luiz do Paraitinga

**Membros do GT:** Cintia Soares, Danilo Pereira, Felipe Crispim, Karina Alves, Mariana Nito, Maryclea Maués, Regina Bortoto, Rosicler Gundime e Simone Scifoni.

Em setembro de 2014 a REPEP participou da Oficina de Implementação da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba em São Luiz do Paraitinga. Conduzida pela Coordenadora Nacional de Educação Patrimonial do Iphan, Sônia Florêncio, a oficina teve por objetivo construir coletivamente as diretrizes da Casa enquanto articuladora de ações educativas e de aproximar as instituições participantes com a comunidade local, exercendo papel fundamental para a gestão compartilhada da preservação do patrimônio cultural.

Ao lado de instituições locais e regionais que atuam na área de educação, cultura, turismo e meio ambiente, e das Universidades Estadual Paulista (UNESP) e de Taubaté (UNITAU), a REPEP fez parte do grupo de trabalho que teve por objetivo construir coletivamente o programa de ações, firmando assim um compromisso com a Casa do Patrimônio.

A partir desse compromisso firmado e de uma solicitação da Assessoria Municipal de Educação de subsídios à elaboração do seu material para São Luiz do Paraitinga, que à época estava sendo desenvolvido pelos professores, se propôs a realização de uma oficina que proporcionasse uma reflexão crítica sobre o que se tem produzido campo da Educação Patrimonial.

Desta forma, como uma atividade promovida pela Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba em parceria com a REPEP, ocorreu em fevereiro 2015 em São Luiz do Paraitinga a Oficina de Avaliação de Material Didático que possuía como objetivo propiciar aos professores do Ensino Fundamental II da rede municipal (público de aproximadamente 50 professores) um momento de reflexão sobre diferentes experiências na produção de material didático em Educação Patrimonial (folders, cartilhas, cadernos, postais) a partir da problematização de seus objetivos e estratégias pedagógicas, contribuindo, assim, para uma leitura crítica dos materiais disponíveis, estimulando a elaboração de abordagens renovadoras na construção do material da rede municipal e na sua utilização em sala de aula.

Ministrada pela Prof<sup>a</sup> Simone Scifoni, com a colaboração de Cintia Soares, Danilo Pereira, Mariana Nito e Maryclea Maués, a primeira parte da oficina contou

com a fala da ministrante sobre: a história da Educação Patrimonial no Brasil; as dificuldades de “origem” no Brasil; a desmistificação de alguns dogmas da Educação Patrimonial, como a ideia de que “a população precisa conhecer para preservar”; e a relação entre Educação Patrimonial com a escola, a partir de abordagens com objetos biográficos, desenvolvidos por Eclea Bossi; e do patrimônio como espelho, de Jorge Luis Borges, que relaciona inicialmente a memória e a identidade para se chegar à abordagem de patrimônio cultural.

Em seguida, os participantes foram divididos em grupos de discussão para uma experiência prática de análise dos materiais didáticos que compõem o acervo da REPEP. Os materiais estavam divididos nas seguintes temáticas: patrimônio e cidades; publicações de instituições de preservação do patrimônio cultural; memória de grupos; produções de universidades; patrimônio imaterial; arqueologia; e patrimônio artístico. Para cada temática, foram apresentados dois tipos de materiais com abordagens distintas e contrastantes sobre Educação Patrimonial. Esta atividade teve como objetivo identificar limites e possibilidades destes materiais, despertando o olhar dos participantes sobre diferentes formas de sensibilizar e comunicar determinados assunto ao público. A principal diferença entre os materiais manuseados era na maneira em que estes foram executados: ou eram ponto de partida da ação de educação patrimonial, ou parte resultante de um processo de envolvimento com a população.

Por fim, cada grupo apresentou as análises para socializar as discussões realizadas e Simone Scifoni conduziu uma reflexão final sobre o que foi apresentado com enfoque nas possibilidades a serem conduzidas na sala de aula.

À época da criação do GT de São Luiz do Paraitinga, se discutiu também a possibilidade de criação de um Núcleo da REPEP no Vale do Paraíba, este em parceria com a Casa do Patrimônio e a UNITAU. Contudo, tais discussões ainda não se desenvolveram o suficiente pela dificuldade em estabelecer uma parceria mais estreita com essas instituições e outros agentes.

Fala no II Encontro: **O material de apoio em Educação Patrimonial**

“Nossa ida à Repep foi realmente para entender, compreender, primeiro um trabalho conosco, com a própria sociedade, com a instituição e depois o que a gente pode colaborar e ampliar esse entendimento para a comunidade, e aprender a fazer isso porque nos também não temos essa formação pedagógica para resolver isso e criar grupos de encontro enfim. (...) Fomos parar na Repep justamente para entender com vocês o que foi feito, como está, o que pode ser feito e como ser feito, como resignificar tudo isso”. (Solang Taverna)

Dois motivos principais levaram Solang Taverna e Thais Taverna à Repep no início de 2015 para falar do bairro Bixiga. Como afirma Solang uma questão pessoal e uma questão social: o Presidente da Sodepro (Sociedade de Defesa das Tradições e do Progresso do Bairro da Bixiga) Walter Taverna, pai de Solange e avô de Thais, tomou a iniciativa de tombamento do bairro Bixiga, mesmo sem conhecer exatamente o que era um tombamento e o que este implicava pensando em preservar o espaço e protegê-lo da especulação imobiliária. O movimento teve início em 1987 e a resolução de tombamento foi promulgada em 2004 pelo Conpresp, instância municipal de preservação do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo. Teve muitos apoios, em especial do arquiteto Paulo Bastos muito próximo amigo que ajudou Walter a encaminhar o processo de tombamento.

A medida preservou, de certa forma, o conjunto arquitetônico ou, como eles chamam, este sítio. Uma parte de proprietários dos imóveis tentou vender as casas tombadas, mas encontraram dificuldades justamente por estarem sob proteção patrimonial. Importante frisar que os principais interessados em comprar as casas eram incorporadoras e empreiteiras. Não realizando a venda, as casas começaram a ser alugadas para moradia no modelo de pensões. Mesmo não conhecendo o interior de muitas destas casas é sabido que elas já tinham uma estrutura arquitetônica para tal, ou seja, de moradia. Ao longo do processo as casas foram mantidas no modo de habitação coletiva.

Com o passar dos anos, novos grupos de pessoas vieram morar no bairro: eram habitantes de outros locais periféricos da cidade e trabalhadores dos centros econômicos, que buscavam residência também no centro por conta dos problemas de mobilidade urbana (transporte), e também migrantes de outros locais e estados, sobretudo nordestinos que fizeram do Bixiga uma porta de entrada em São Paulo.

Com este fato, foi se transformando os espaços internos das casas, sem manter cuidados com as partes externas e fachadas das mesmas, que entraram em um processo “natural” de deterioração. Muitas destas casas passaram do modelo de pensão para o de cortiço.

Diante deste contexto, Solange e Thais, uniram o motivo pessoal e social, procuraram a Repep para refletir e agir sobre a preservação do patrimônio cultural do Bixiga, considerando que há uma obrigação moral de retomar a questão da preservação do bairro e rever a ação de tombamento proposta inicialmente por Walter Taverna, no sentido de devolver à comunidade uma explicação e um entendimento sobre o que é e a importância do tombamento. Muitos moradores questionam a ação de tombamento tendo em vista seu resultado, ou a maneira como os imóveis e o bairro estão hoje. Solange entende que, contudo, o bairro persiste na sua existência e na manutenção de suas características originais, e que as populações mudam em qualquer lugar independente ou não das moradias.

Hoje é um espaço valorizado historicamente, culturalmente, turisticamente e que seria muito bom que as população do bairro entendesse o que significa preservar um patrimônio, a importância de um tombamento, e junto a isso, requalificar aquilo que não foi destruído pelo abandono e/ou ação do tempo, em grande parte modificados ou desfeitos clandestinamente sem a fiscalização/intervenção dos órgãos de proteção. O que pode ainda se manter e recuperar. E para que esses atuais moradores possam ter acesso a informação e aos patrimônios do bairro, para -se possível – melhorar e valorizar o espaço em que todos eles estão, inclusive acionando prefeitura e outras instancias, para que os moradores – sobretudo dos cortiços - possam ter acomodações mais dignas que elas têm hoje.

Outro dado que caracteriza essas casas e moradias comunitárias é que o Bixiga é um dos raros bairros de São Paulo hoje que possui crianças brincando nas ruas. As casas não possuem quintal e não há espaço para que elas brinquem dentro das casas, então a rua passou a ser o espaço do lazer e da brincadeira. Os moradores, a comunidade também usa a calçada e a rua como espaço de lazer e sociabilidade, como dizem “No Bixiga, tudo o que a gente faz é na rua: é samba na rua, é conversa na rua, é cerveja na rua, é festa na rua, é tudo na rua. E isso vai criando um grande quintal, que é muito bonito aqui.”

O Gt foi criado e seu ponto de encontro e ações é o Espaço de Cultura Bela Vista - ECBV (criado em janeiro de 2015 por Thais Taverna para mobilizar ações culturais e transformações no bairro), que atua desde então como parceiro e base do Gt. O grupo inicial foi composto por Karina (mediadora) e Loly pela Repep, Solang e Thais Taverna (Sodepro e ECBV como representantes do Bixiga), Vivian e Aline (arquitetas que realizavam pesquisas acadêmicas sobre o Bixiga), e outros atores ativos do bairro foram convidados. A estratégia inicial foi produzir um inventário fotográfico dos bens tombados, de modo a levantar a situação atual dos bens patrimoniais do Bixiga, compará-lo a resolução de tombamento de 2005, com vistas a pedir sua revisão, ampliação, fato importante, pois tinha-se conhecimento que o processo de tombamento do bairro está passando por trâmites no Ministério Público de São Paulo, fato corroborado por uma intensa deflagração de projetos e empreendimentos imobiliários no bairro.

Teme-se o destombamento de imóveis e do perímetro inicialmente protegido. Logo na segunda reunião pensou-se em ampliar a participação da comunidade do Bixiga e convidamos moradores e agentes de mobilização do bairro – o Bixiga possui uma atuação e mobilização social muito forte de moradores e instituições da região que promovem muitas ações e projetos individuais, e também têm como um pólo de ações conjuntas a Rede Social da Bela Vista. Essa reunião nos ensinou que tínhamos um longo caminho a trilhar para abordar a questão do patrimônio com a comunidade de forma mais ampla e que os grupos mobilizados querem ações práticas e concretas. E que assuntos como lixo, moradias, retirada da escola de Samba Vai Vai para construção da estação de metrô, entre outros temas possuem muitos interesses e pontos de vistas diferentes. Ao Gt foram-se somando novas pessoas e debates. Percebíamos que as questões do patrimônio eram muito misturadas às questões sociais e urbanísticas da Bela Vista, incluindo a própria delimitação geográfica e cultural do que é o Bixiga, indefinida até o momento.

O Gt teve uma intensa participação em ações de mobilização e assuntos relacionados ao Bixiga. Além de outras pautas relacionadas a atuação do coletivo Repep, tais como: Bixiga Insurgente, Prorrogação da Linha 4 Amarela do Metrô, implicações da Lei de Zoneamento (Zeis, Zepams, Zepecs e Tipcs) relacionadas ao bairro, Jornadas do Patrimônio –DPH/2015, audiências públicas sobre editais, licitações e intervenções urbanísticas na Bela Vista entre outros.

Contudo, as reuniões e participação do grupo inicial se tornaram cada vez mais esvaziadas, e não conseguimos efetivar o inventário fotográfico dos bens. Ficaram as estratégias e uma profusão de idéias de desdobramentos possíveis, inclusive de ações com narrativas, memórias orais e ações educativas nas escolas, mas faltou-nos fôlego e braços, pois éramos poucos e com dedicações reduzidas pelos compromissos pessoais e profissionais dos integrantes. Então, pensamos em uma nova forma de mobilização: abrir uma chamada pública para realização de uma jornada fotográfica aberta pelas ruas e bens tombados do Bixiga. Deste evento, formou-se um novo grupo, composto em grande parte por pessoas de fora do bairro. Este grupo mobilizou uma substancial discussão de novas possibilidades a partir do registro fotográfico dos bens do bairro, metodologias e novas perspectivas de abordagem e estudo com o levantamento de uso social das habitações e a realização de um inventário participativo. Este segundo grupo não teve continuidade em 2016.

Atualmente, o Gt passa por um momento de balanço e análise de suas ações, objetivos e perspectivas de atuação. Para iniciar esta nova etapa, decidimos atender uma antiga solicitação, uma demanda que surgiu desde os primeiros encontros e trabalhos do Gt, que é a formação e discussão sobre Educação Patrimonial (o que ela é, suas perspectivas, formas de atuação, metodologias etc). Assim, estão previstos três grandes encontros que serão realizados a partir da mobilização de parceiros locais e da Rede Social da Bela Vista, convidando a comunidade para apresentar-lhes os seguintes temas: O que é Educação Patrimonial, A metodologia do Inventário Participativo, O inventário de Bens Patrimoniais e Estudo arquitetônico realizado por grupo de pesquisa da PUC/Campinas, coordenado pela Profa. Vanessa Belo. Permanece também em andamento o levantamento do processo de tombamento do Bixiga junto ao Ministério Público de São Paulo e DPH/SP.

Fala no II Encontro: **Ações desenvolvidas e desafios de atuação**

## GT Paranapiacaba

*“Paranapiacaba é formada de trabalhadores-operários, trabalhadores-comerciantes, trabalhadores brasileiros e estrangeiros que passaram a conviver e compartilhar vidas e histórias em torno da construção do sistema funicular (...) Homens e mulheres que também criaram modos de sobrevivência, lazer, religiosidade e cultura na cidade que nascia em forma de vila para que existisse a tão alardeada ferrovia. A trilha dos Tupiniquins - ponto inicial do Peabiru é, ainda hoje, um dos poucos remanescentes da Mata Atlântica, preservando caminhos, nascentes, cachoeiras, muita natureza e o cambuci para apreciar e degustar. Hoje, Paranapiacaba é Vila de muita história, memória, natureza e arte. Seus atuais moradores mantêm boa parte das características da Vila original em suas estruturas arquitetônicas, embora o mesmo não tenha vingado com o importante campo de futebol. A umidade, a neblina e o isolamento dos grandes eixos urbanos mantêm o aspecto misterioso, bucólico, assombrado ou mágico, a critério de cada morador ou turista passadista; gentes cada vez mais atraídas principalmente durante seu famoso festival de inverno, quando aproveitam o lugar não só para ver o mar, mas também para curtir trilhas e cachoeiras no meio da rica natureza preservada”. (texto Karina Alves, março de 2016)*

Esta Paranapiacaba descrita poeticamente pela historiadora Karina Alves, integrante da REPEP, foi apresentada em reunião aberta da Rede por Lilian Amaral, contratada pela Prefeitura do município de Santo André, como curadora de um projeto de intervenção junto ao patrimônio local e habitantes da Vila, chamado Plataforma Paranapiacaba. A professora Lilian, trouxe à Repep as inquietações do contexto atual da Vila, que passa por intervenções de restauro e conservação no conjunto de casas históricas tombadas pelo Iphan, conhecido como Vila Inglesa. As intervenções são financiadas pelo PAC Cidades Históricas do Governo Federal e tem como pano de fundo a candidatura de Paranapiacaba a patrimônio da humanidade junto a UNESCO. Na sequência, vieram à Repep outros atores locais, como os Agentes de Cultura, de Santo André, contratados via concurso, para o trabalho de mediação entre turistas, população e os patrimoniais da Vila de Paranapiacaba. O contexto da Vila também era de conhecimento da professora Simone Scifone, idealizadora da REPEP. Diante disso, Regina, Simone, Karina Alves, Maryclea, membros da REPEP, passaram a conversar sobre a criação do GT Paranapiacaba, tendo como base as demandas trazidas por Lilian Amaral.

Enquanto isso, o projeto “Jornada do Patrimônio”, realizava um calendário de eventos de discussão sobre temas da Vila de Paranapiacaba com convidados locais

e externos, organizados via Prefeitura de Santo André. Em julho de 2015, a Plataforma Paranapiacaba realizou uma chamada junto a comunidade e interessados para uma reunião itinerante da REPEP. O evento, realizado no Clube Lira, teve como objetivo apresentar o que é a Rede, como ela funciona, e quais são seus princípios. Participaram desta reunião alguns dos moradores mais atuantes da Vila, interessados, agentes culturais e outros funcionários da Prefeitura de Santo André, pesquisadores entre outros.

Nesta ocasião, os presentes apresentaram inquietações e demandas, com destaque para uma intervenção em curso naquele momento, proposta pela Prefeitura de Santo André, que pretendia modificar os nomes das ruas e sinalizações do espaço público sem concordância dos moradores. Após a apresentação e discussão, foi sugerida a formação do GT Paranapiacaba, tendo como mediadora Regina. O GT Paranapiacaba se propunha a problematizar o patrimônio, entre outras coisas, pensando sobre: a agenda local para educação patrimonial; questionamentos a respeito do patrimônio para o turismo ou para preservação; a questão fundiária; a candidatura da Vila a patrimônio da humanidade; a realização de uma cartografia colaborativa; a sinalização dos bens culturais, e sempre abertos a demais assuntos que surgissem ao longo do processo.

A primeira reunião do GT Paranapiacaba pôde contar com a participação de em torno 40 pessoas, entre as quais estavam agentes de cultura de Santo André, educadores, moradores, e integrantes da REPEP. Nesta primeira reunião discutiu-se como “recuperar” o afeto dos moradores e como começar a ouvir suas narrativas, principalmente as narrativas dos moradores do “Morro” ou “parte Alta da Vila”. Nas reuniões seguintes do GT Paranapiacaba/Repep na Vila, as principais lideranças, que levantaram demandas e o interesse da contribuição da Repep não estiveram presentes. Foi também significativa a diminuição do número de participantes nas reuniões. Os integrantes Repep perceberam que estavam se cruzando um conflito de agendas, atividades e intenções correlatas ao patrimônio da Vila, ao mesmo tempo de um esvaziamento nas reuniões do GT, sobretudo da população local.

Assim, percebeu-se a necessidade de esclarecer os “papéis” de cada grupo que, em certa medida, poderiam ser confundidos ou identificados como um coletivo único, quando, em verdade, eram grupos com encaminhamentos e origens distintos. Ou seja, o GT deveria ter claro que a Repep é um coletivo que trabalha em parceria com Prefeitura ou órgãos de preservação, ou qualquer outro grupo voltado para

educação patrimonial de forma plural e equânime, mas, em hipótese alguma, a “serviço” de um desses parceiros. E, acima de tudo, que a Repep atua a partir do desejo da comunidade local, trabalhando junto à (COM) ela no desenvolvimento de processos de educação patrimonial, conforme suas perspectivas e expectativas. Enfim, percebeu-se a necessidade de esclarecer que se tratava da confluência de varias iniciativas e grupos, onde cada coletivo nutria suas características e trabalhos distintos, em prol do bem comum.

Alguns sinais, tais como: a ausência das pessoas, que a princípio estavam animadas com a formação do GT, os desencontros de informações, etc. ocasionaram “ruídos”, que não foram identificados claramente, devido o pouco tempo de convivência do GT na Vila. A hipótese maior era a aparente mistura de papéis provocada pelas presenças de pessoas vinculadas aos poder público causando desconfiança e desconforto, uma vez que o sentimento de “abandono”, sentido pelos moradores em relação aos órgãos de preservação e prefeitura, pode ter contribuído para a desmobilização, o desinteresse, etc. É possível também, observar certa “divisão” entre os habitantes, talvez reforçado, a partir do tombamento proposto pelo IPHAN, que marcou, de forma negativa, de acordo com alguns moradores, a história local, pois seria mais razoável Paranapiacaba ser um todo e não partes fragmentadas entre a Vila Histórica e a parte Alta, separados fisicamente pela linha do trem, e simbolicamente como aquele que tem valor e historia e os “sem historia”, ou ainda a Vila tombada, que e patrimônio e a os moradores a margem, embora tenham tido a mesma origem ou importância na constituição da paisagem cultural da Vila.

O fato de existir um tombamento que contempla somente a parte baixa, onde se localiza a ferrovia, e o não tombamento da parte alta, conhecida como Morro, onde está o comércio local, se transformou num problema, afinal, parte dos moradores e suas histórias e memórias se tornaram “invisíveis”. Por isso, o GT discutiu a proposta de reivindicar, junto ao IPHAN, a re/ratificação do tombamento de Paranapiacaba. Foram propostas também outras ações, tais como: a elaboração da cartografia colaborativa, confecção de mapa, de sinalização com indicações dos moradores (sugestão que criou polêmica, pois a prefeitura já havia gasto verba vultosa para confecção de placas de sinalização, como informaram o GT), e de rodas de conversas (Agentes de Cultura e, em especial, uma agente e também moradora, fariam os contatos com moradores), afinando os registros existentes e os

que seriam coletados. Convém ressaltar que uma das sugestões foi realizar reuniões em outros locais, por exemplo, no “bar do campo”, estreitando os laços entre os moradores que habitam no patrimônio e (re) discutindo esse patrimônio e as formas de preservação compartilhada.

Contudo, essa reunião proposta no bar do campo não foi possível, por problemas de agenda e um pouco de “desconfiança” por parte do proprietário, conforme relatou a agente de cultura que se propôs a procurá-lo. A certa altura, o GT foi se “esvaziando” ao ponto de, na última reunião convocada, comparecer somente a auxiliar administrativa da biblioteca, a qual se revelou uma educadora comprometida com a luta pela preservação da memória e história locais. Durante essa reunião, na Padaria dos Mendes, o GT redefiniu a forma de agir e decidiu trabalhar a partir das demandas surgidas entre os educadores locais, nas escolas da Vila, uma proposição ainda em aberto, pois depende de articulação com a agenda escolar.

O GT constatou uma premente necessidade de “recuperar” a confiança da comunidade local, até que a mesma (re)conheça o GT Paranapiacaba, ou seja, a REPEP, como um coletivo voluntário, autônomo e independente do poder público (municipal, estadual ou federal), voltado a um trabalho de construção conjunta.

Como uma das últimas ações o GT Paranapiacaba foi chamado a participar da Oficina de Cartografias Colaborativas, realizada em 27 de janeiro de 2016, proposta e organizada por vários parceiros – Prefeitura de Santo André/ Plataforma Paranapiacaba, UnG, Senac, Museu de Santo André e Iphan - tratando das narrativas de memórias e da construção de uma cartografia colaborativa junto aos moradores. Todavia, compareceram apenas três moradores. Mesmo assim, dois importantes desafios surgiram, e se desdobram como produtos dessa ação: confecção do material de apoio, com textos e cartografia afetiva, com aporte do CEDUC/Iphan, em fase de produção/finalização.

E finalmente, em 2016, a Repep foi procurada por duas profissionais do Museu Histórico de Santo André, anteriormente presentes nas reuniões do Gt Paranapiacaba, com intenção de trazer a atuação da Repep para a região. Em marco, a REPEP realizou uma reunião de apresentação da Rede, no Museu Histórico de Santo André, com a presença de interlocutores e profissionais ligados a instituições de Memória e Patrimônio das cidades do ABC paulista. A reunião teve como encaminhamento a proposta de criação de um Núcleo Regional da REPEP,

que poderá ser o primeiro núcleo regional da Rede for à da capital. Este e um passo importante considerando que, a partir do Núcleo ABC, inúmeras ações de educação patrimonial podem surgir, subsidiando novos GTs, a partir das demandas de cada cidade desse consórcio que se anuncia.

Fala no II Encontro: **Explorando problemáticas do território**